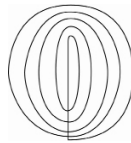


PRIORIDADE METAFÍSICA

EDIÇÃO DE 2022 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/ FER-FIL/28442/2017



Editado por
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2022 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Prioridade Metafísica
Copyright © 2022 do autor
Guido Imaguire

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0096>

Todos os direitos reservados

Resumo

Neste artigo eu apresento e discuto a noção de prioridade metafísica. Primeiramente, eu introduzo a noção de fundação metafísica de modo informal e suas propriedades formais. Segundo a concepção ortodoxa, fundação metafísica é uma relação hiperintensional que gera uma ordem parcial estrita de prioridade metafísica: se X funda Y , X é mais fundamental que Y . Em segundo lugar, eu apresento a noção de dependência ontológica, suas variedades e algumas das definições propostas com suas respectivas dificuldades. Também a relação de dependência ontológica gera uma ordem de prioridade metafísica: se Y depende de X , então X é mais fundamental que Y . Em seguida, eu discuto se, e como, essas diferentes noções podem ser unificadas a fim de formar uma teoria integrada de prioridade metafísica. Finalmente, na última seção, eu apresento as diferentes concepções sobre a estrutura metafísica de toda a realidade, em particular a hipótese de uma cadeia de fundação descendente infinita.

Palavras-chave

Fundação metafísica, dependência ontológica, prioridade metafísica, cadeia infinita de fundação.

Abstract

In this article I present and discuss the notion of metaphysical priority. Firstly, I introduce in an informal way the notion of metaphysical grounding and its formal properties. According to the orthodox view, metaphysical grounding is a hyperintensional relation which yields a strict partial order of metaphysical priority. When X grounds Y , X is more fundamental than Y . Secondly, I present the notion of ontological dependence, its variety and some of the proposed definitions and respective difficulties. The relation of ontological dependence also yields an order of metaphysical priority: when Y depends on X , X is more fundamental than Y . Then, I discuss if and how these two different notions may be unified for building a united general theory of metaphysical priority. Finally, in the last section, I will present different conceptions on the metaphysical structure of the whole reality, in particular the hypothesis of an infinite descending grounding chain.

Keywords

Metaphysical grounding, ontological dependence, metaphysical priority, infinite grounding chain.

Prioridade Metafísica

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0096>

1 Hierarquia e prioridade

A metafísica investiga a realidade em sua totalidade. Aparentemente, essa realidade é extensa e plural. Para muitos, a principal tarefa da metafísica diz respeito à questão da existência: o que existe? O que pertence a esse grande domínio da realidade? No entanto, para outros, a principal tarefa da metafísica consiste na 'ordenação' de todas as coisas. Afinal, intuitivamente, a realidade é hierarquizada. Algumas coisas são mais 'fundamentais', 'primitivas' ou 'básicas' que outras. Compare-se essa mesa e as partículas que a formam, os indivíduos que participam de uma reunião e a própria reunião, o conjunto unitário do número 1 e o número 1, o sorriso de Augusto e o próprio Augusto, a estátua de um cavalo e o pedaço de bronze do qual ela é feita, as propriedades estéticas de um quadro e suas propriedades físicas, etc. Em todos esses casos, plausivelmente, temos intuições distintas a respeito do grau de *fundamentalidade* ou *prioridade* (usarei ambos como sinônimos) dos itens. O sorriso do Augusto, por exemplo, parece ser menos fundamental do que Augusto. Afinal, sem Augusto o seu sorriso nem poderia existir. Muitas questões surgem aqui. Como estabelecer o grau de fundamentalidade das entidades? Existem entidades absolutamente fundamentais? Talvez exista uma cadeia infinita de entidades, onde cada coisa é derivada de outra mais fundamental. Talvez todas as coisas estejam ligadas umas às outras por meio de relações de prioridade, talvez não. Segundo os adeptos da noção de prioridade metafísica, mapear essa estrutura hierárquica da realidade, suas conexões de dependência e fundamentalidade, seria a principal tarefa da metafísica.

Com o novo advento da teoria (ou das teorias) de fundamentalidade na metafísica, muitos dos problemas e soluções anteriormente formulados em termos de existência são agora reformulados em termos de prioridade. Por exemplo, a disputa entre presentistas e eternalistas (só existem as entidades do presente, ou existem também as entidades

Publicado pela primeira vez em 2022

passadas e futuras?) é agora travada em termos de prioridade: existe alguma ordem de prioridade entre entidades de tempos distintos? (Baron 2014). O debate entre realistas e nominalistas de universais (existem ou não universais) é agora reformulada em termos de prioridade ou não dos universais (Imaguire 2018, Schulte 2019). Muito tem sido feito, mas ainda há muito para se investigar nesse novo paradigma metafísico.

Nas últimas décadas várias noções metametafísicas foram usadas para organizar essas estruturas hierárquicas de prioridade, incluindo superveniência, emergência, redução, etc. No entanto, duas noções têm se destacado como as mais adequadas para esse propósito: as noções de dependência e de fundação. Nesse artigo pretendo apresentar e comparar as duas noções, suas virtudes e limites e analisar como, a partir delas, uma estrutura hierárquica unificada da realidade pode ser construída.

2 Fundação metafísica

Fundação ontológica ou metafísica (*ontological* ou *metaphysical grounding*) é usualmente caracterizada como uma relação (num sentido neutro de 'relação') não causal de explanação e dependência metafísica. Um dos primeiros usos da noção, ainda de modo pouco elaborado, é feito por Platão. No *Êutifron* Platão reconhece uma equivalência extensional entre o que é bom e o que é agradável aos deuses (tudo o que é um é também o outro), mas ele pergunta por uma ordem de prioridade: se as coisas boas são agradáveis aos deuses porque são boas, ou se essas coisas são boas porque são agradáveis aos deuses. Também Aristóteles antecipa a noção de fundação ao fazer a distinção entre as quatro causas das coisas. Em particular, a *causa eficiente* de Aristóteles parece se aproximar bastante da atual noção de fundação. Muitos também consideram o conceito de *causa* ou *razão suficiente*, que constitui o famoso princípio de razão suficiente de Leibniz, como um antecessor da noção de fundação. Mas, a bem da verdade, foi apenas na obra *Wissenschaftslehre* (1837) de Bolzano que o conceito de fundação teve uma investigação minuciosa, embora essa investigação tenha sido amplamente ignorada nas décadas seguintes e muito do que é assumido hoje como caracterização canônica de fundação seja divergente do que Bolzano defendeu nessa obra.

A noção contemporânea de fundação, redescoberta por Fine (1994, 2001, 2012) e defendida por Schaffer (2009), Rosen (2010), Correia e Schnieder (2012) dentre vários outros, é usualmente expressa por meio de algum conectivo proposicional como 'porque' ou 'em virtude de'. Diz-se por exemplo 'a proposição que diz que a neve é branca é verdadeira *porque* a neve é branca' ou 'a conjunção $P \wedge Q$ é verdadeira *em virtude* de P e Q serem ambas verdadeiras'. Algumas vezes são utilizados verbos como 'fundar' ('fatos naturais fundam fatos semânticos' ou 'basear' ('a verdade de $P \wedge Q$ é baseada na verdade de P e na verdade de Q)).

Fundação é recorrentemente caracterizada como uma relação de *explicação* metafísica. Diz-se por exemplo que o fato de que a neve é branca 'explica' a verdade da proposição que diz que a neve é branca. Essa caracterização é problemática porque faz uso da noção eminentemente epistemológica de explicação. Mas o que é uma 'explicação metafísica'? O que distingue uma explicação no sentido usual de uma explicação metafísica? Duas opções se destacam aqui. A opção mais radical sustenta que, de fato, existe uma relação genuinamente metafísica de explicação. A quem defende isso resta a difícil tarefa de explicar no que consiste esse traço explanatório genuinamente metafísico.¹ A segunda opção, mais moderada, consiste em aceitar que o uso de 'explanatório' aqui é apenas derivativo: não há uma relação *sui generis* de explicação metafísica no sentido estrito. Na verdade, o que ocorre é que uma asserção de fundação do tipo ' P porque Q ' deve ser considerada uma asserção explanatória metafísica. Para fins de comparação, vejamos o caso da causalidade: O fato que a água foi aquecida a 100°C 'explica' que ela entrou em ebulição? Sim e não, pois há uma ambiguidade aqui. Estritamente falando, fatos não 'explicam' nada. Quem explicam são as cientistas com as suas teorias. Neste caso, elas explicam o fato de que a água entrou em ebulição relacionando-o com o fato de que a água foi aquecida (e uma série de outros fatos). Igualmente, quando o metafísico diz que A funda B , ele não pretende sugerir com isso que um fato estritamente 'explica' o outro. O fato que as partículas estão organizadas em forma de mesa não 'explica' nada. O metafísico é quem explica o fato que a mesa existe relacionando-o com o fato de que as partículas estão organizadas em

1 Veja Maurin (2019) para uma crítica dessa opção.

forma de mesa. Podemos até mesmo dizer: se A funda B , uma explicação metafísica ideal de B precisa mencionar A .²

O paralelo do parágrafo anterior não é casual. Muitos entusiastas da noção de fundação metafísica consideram que esta relação está para a metafísica assim como a causalidade para a ciência natural (ignorando o fato de que o papel da causalidade, hoje, é extremamente controverso). Aliás, o próprio Bolzano considerou causalidade como um tipo de fundação. Mas a grande maioria dos metafísicos hoje prefere distinguir as duas noções. Logo adiante veremos as características da fundação e, assim, porque causalidade não pode ser um tipo de fundação.³ Isso é intuitivamente bastante plausível, afinal não diríamos que a verdade de P e Q 'causa' a verdade da conjunção $P \wedge Q$.

De modo informal, diz-se que A funda B quando A ocorre e B ocorre justamente em virtude de, ou em razão de, A ocorrer. Claro, as ocorrências de 'em virtude de' e 'em razão de' nessa formulação deixam claro que se trata de uma caracterização circular. Como é justamente esse 'em virtude de' que se pretende definir, assume-se em geral que a noção de fundação é primitiva, indefinível em termos mais simples. Frequentemente a noção é introduzida por meio de uma série de exemplos de pretensos casos de fundação, dentre eles:

- (1) Esta mesa existe *porque* estas partículas estão organizadas em forma de mesa.
- (2) A proposição 'a neve é branca' é verdadeira *porque* a neve é branca.
- (3) A bola é vermelha *porque* a bola é bordô.
- (4) A bola tem uma cor *porque* a bola é vermelha.
- (5) $P \wedge Q$ é verdadeiro *porque* P é verdadeiro e Q é verdadeiro.
- (6) O conjunto unitário de Sócrates existe *porque* Sócrates existe.
- (7) Propriedades disposicionais *são fundadas* em propriedades categóricas.

² Sobre isso, veja Audi (2012a), Schnieder (2006), D. Liggins (2012) e Glazier (2020).

³ Para a distinção entre fundação e causalidade, veja Bernstein (2016).

- (8) Uma estátua tem propriedades estéticas *em virtude* das suas propriedades físicas.
- (9) Esse ato é moralmente repreensível *porque* é cruel.
- (10) Fatos normativos *são fundados* em fatos não-normativos.
- (11) Fatos semânticos *são fundados* em fatos naturais.

Essa multiplicidade de exemplos é uma faca de dois gumes. Para alguns, ela indica a amplitude da aplicação da noção de fundação. Para outros, críticos ou céticos da fundação, ela apenas indica que o conceito é vago demais para ser interessante ou informativo. Segundo Wilson (2014) e Koslicki (2015), por exemplo, a noção de fundação é apenas um conceito guarda-chuva que abriga relações particulares tão díspares que nem merecem ser unificadas. Reuni-las numa pretensa relação metafísica especial seria abdicar da precisão da análise. Segundo outras, a relação de fundação não é nem mesmo inteligível (Daly 2012) e seu uso na metafísica é 'esotérico' (Hofweber 2009). A melhor maneira de se enfrentar essa crítica é, provavelmente, apresentar uma regimentação dos vários usos da noção. De fato, embora fundação seja amplamente aplicável em contextos metafísicos, existe um conjunto determinado de propriedades da noção de fundação que podem ajudar a restringir o conceito de modo significativo.

O primeiro passo nesse sentido consiste em reconhecer que nem toda ocorrência de 'porque' da linguagem natural pode ser associada a uma relação de fundação metafísica. Uma explanação como 'fui ao cinema porque estava entediado', evidentemente, não é um caso de fundação metafísica. Para que uma ocorrência de 'porque' seja realmente um caso de fundação, ela precisa satisfazer algumas condições, especificadas a seguir.

2.1 Caracterização da fundação

Representarei a noção de fundação pelo símbolo ' $<$ '. Assim, ' $A < B$ ' deve ser lido como ' A funda B ', ' B porque A ' ou ' B em virtude de A '. Se A funda B , dizemos que A é o *fundante* e que B é o *fundado*.

Fundação é uma relação de determinação ou 'necessitação'. Se $A < B$, então necessariamente se A ocorre, B também ocorrerá. Em linguagem modal usual: em todos os mundos possíveis onde A ocorre, B também ocorre. Por isso, diz-se que A é condição suficiente para B .

Mas note que A não é condição necessária para B : a bola é vermelha $<$ a bola tem uma cor. A bola ser vermelha funda a bola ter uma cor, mas ela poderia ser azul e isso bastaria para fundar o fato de ela ter uma cor. É interessante notar que fundação é uma relação necessária num outro sentido. Se $A < B$, então necessariamente $A < B$, ou seja, A não poderia não fundar B . Em fórmulas: tanto vale (i) se $A < B$, então necessariamente $A \rightarrow B$ como vale (ii) se $A < B$, necessariamente $A < B$. Apenas poucos metafísicos (incluindo Leuenberg 2014, Skiles 2015) têm proposto uma noção de fundação contingente.

Fundação é uma relação com múltipla aridade à esquerda, ou seja, vários fatos podem fundar conjuntamente um certo fato. Há casos de fundação com um fundante ($A < B$), com dois fundantes ($A, B < C$), com três fundantes ($A, B, C < D$), etc. Por exemplo: $P, Q < P \wedge Q$. Nem P nem Q sozinho podem fundar $P \wedge Q$. Para que $P \wedge Q$ ocorra, tanto P quanto Q precisam ocorrer. Nesse caso, dizemos que P e Q isoladamente fundam *parcialmente* a conjunção, e ambos juntos fundam o fato conjuntivo plenamente. Um exemplo com três fundantes seriam: Pedro é brasileiro, Maria é brasileira, João é brasileiro $<$ existem no mínimo 3 brasileiros. A extensão deste tipo de exemplos para um número cada vez maior de fundantes é óbvia. A existência de casos de fundação com um número infinito de fundantes é interessante. À primeira vista, não há nada de absurdo com isso: 1 é membro do conjunto dos números naturais, 2 é membro do conjunto dos números naturais, ... $<$ o conjunto dos números naturais é infinito. Também há casos de fatos com zero fundantes: se nada funda A , A deve ser considerado um fato fundamental.⁴

Note que quando dois, três ou mais fatos fundam conjuntamente um fato X , isso não equivale a dizer que a conjunção desses fatos funda X : P e Q fundam $P \wedge Q$, mas $P \wedge Q$ não funda $P \wedge Q$ —isso seria um caso de fundação reflexiva, o que, como logo veremos, não é aceito. Note também que fundação admite casos de sobre-determinação: tanto P quando Q fundam isoladamente a disjunção $P \vee Q$, ou os fatos de que Pedro está na sala e João está na sala fundam o fato de que há alguém na sala.

⁴ Fine (2012) sugere a distinção entre casos de fatos não fundados e fatos com zero fundantes. A distinção não é nada clara e, a meu ver, não é endossada por nenhum outro filósofo.

A fundação é usualmente considerada uma relação factiva, ou seja, ela apenas conecta fatos que efetivamente ocorrem. Só podemos dizer que *A* funda *B* quando tanto *A* quanto *B*, de fato, ocorrem. Assim, 'a neve é vermelha porque a neve é bordô' não é uma instância de fundação. No entanto, muitos teóricos da fundação (incluindo Fine 2012) são simpáticos a uma noção de fundação contra-factual, segundo a qual a neve ser bordô fundaria a neve ter uma cor: se a neve fosse bordô, ela seria vermelha justamente em virtude de ser bordô.

Uma das questões mais importantes para uma teoria unificada de fundamentalidade metafísica diz respeito ao tipo de entidade que pode ser conectada por meio da fundação. Isso, por sua vez, depende da natureza dessa 'relação'. Note que num sentido mais geral, fundação é inequivocamente uma relação posto que ela conecta pelo menos duas entidades, um fundante e um fundado. Mas é controverso até que medida se trata realmente de uma 'relação' num sentido estrito da palavra. Há duas concepções concorrentes quanto a isso: o predicacionalismo e o operacionalismo. Os adeptos do *predicacionalismo* consideram fundação uma relação genuína no mesmo sentido que *amar*, *atrair*, *ensinar*, etc. Ou seja, 'fundar' é um predicado relacional usual. Relações deste tipo (mais exatamente, relações de primeira ordem) ligam objetos: Pedro ama Maria, Pedro é irmão de João, etc. Claro, uma vez que se admite isso, a relação de fundação deve se submeter à teoria geral de propriedades e relações. Os adeptos do *operacionalismo* preferem conceber fundação como uma operação semelhante aos operadores lógicos proposicionais, como a conjunção ou o condicional. Segundo estes, embora possamos dizer 'A funda B', a forma canônica estrita seria expressa por conectivos proposicionais como 'porque' ou 'em virtude de'.

A concepção operacionalista tem a vantagem de oferecer uma ontologia mais neutra do que a concepção predicacionalista. Se '*A* funda *B*' for uma relação, como afirma o predicacionalista, a formulação canônica de uma conexão de fundação exige a nominalização (e consequente reificação) de fatos, p.ex.: o fato de que a neve é branca funda o fato de que a proposição 'a neve é branca' é verdadeira. Assim, pelo menos segundo critérios usuais de comprometimento ontológico, devemos nos comprometer com a existência de fatos. Se adotarmos a concepção operacionalista, por outro lado, a forma canônica de fundação faria uso das expressões 'porque' ou 'em virtude de': a proposição

'a neve é branca' é verdadeira *porque* a neve é branca. Essa formulação não se compromete com a existência de fatos, mas apenas da neve e da proposição que diz que a neve é branca.

A disputa entre predicacionistas e operacionalistas está diretamente correlacionada com a questão sobre que tipo de entidade pode ser conectada por meio da fundação. Segundo a concepção ortodoxa de fundação, apenas fatos e/ou proposições fundam ou são fundados. Por isso, 'a bola é vermelha porque ela é bordô' seria uma forma incontroversa de fundação. No entanto, alguns outros (Schaffer 2009) consideram que toda e qualquer entidade pode ser conectada por meio de fundação: um objeto pode fundar outro objeto, uma propriedade pode fundar outra propriedade, etc. Como operacionalistas defendem que a forma canônica de fundação é '... porque ...', a fundação entre objetos e propriedades se torna ininteligível: 'bordô porque vermelho', 'esta mesa porque estas partículas' não fazem sentido algum. Predicacionistas são menos restritivos e poderiam, pelo menos em princípio (embora, em geral, não o façam por outras razões), aceitar formas genuínas de fundação como 'a propriedade bordô funda a propriedade vermelho', 'as partículas fundam a mesa, 'o fato que a bola é vermelha é fundada no fato que a bola é bordô'.

Mesmo admitindo que somente fatos podem ser relacionados por conexões de fundação, a questão da natureza dos *relata* da fundação não está completamente resolvida. Diferentes noções de fato entram aqui em jogo. Costuma-se distinguir duas concepções de fatos, uma mais 'mundana' (*worldly*) e outra mais 'conceitual' (Rosen 2010). Na noção conceitual, fatos são usualmente identificados com *proposições Fregeanas*, permitindo assim distinções mais finas do que na concepção mundana. Pode-se distinguir, por exemplo o fato de que Sócrates morreu e o fato de que o marido de Xantipe morreu. A noção 'mundana' de fato, por sua vez, utiliza como critério de identidade de fatos os constituintes dos fatos (seus objetos e propriedades), independente do modo como esse fato é apresentado. Assim, as proposições que Sócrates morreu e que o marido de Xantipe morreu poderiam ser vistas como correspondendo simplesmente ao mesmo fato.

A característica mais celebrada da fundação é a sua hiperintensionalidade. É justamente porque fundação é hiperintensional que a teoria da fundação é mais expressiva que a teoria modal, a qual é

'apenas' intensional. Com o arcabouço teórico da fundação pode-se distinguir fatos que são modalmente equivalentes, como os fatos de que Sócrates existe e de que o conjunto unitário de Sócrates existe. Do ponto de vista modal, tanto a existência de Sócrates necessita a existência do conjunto unitário de Sócrates como vice-versa. Em todos os mundos possíveis onde um existe, o outro também existe. Assim, a teoria modal é incapaz de estabelecer qualquer ordem de prioridade entre Sócrates e seu conjunto unitário. Fundação, por outro lado, estabelece tal ordem: o conjunto unitário de Sócrates existe em virtude de Sócrates existir. Em uma definição informal: fundação é hiperintensional porque dois fatos modalmente equivalentes não podem ser substituídos em quaisquer contextos de fundação: substituindo *Sócrates existe* por *o conjunto unitário de Sócrates existe* em *o conjunto unitário de Sócrates existe porque Sócrates existe* nós obteríamos *Sócrates existe porque Sócrates existe*, o que é claramente falso.

Vejam os mais um exemplo, talvez um pouco mais controverso. Todo triângulo tem 3 lados, e por isso também é um trilátero. E, de fato, toda figura que é um triângulo em qualquer mundo possível também é um trilátero. As propriedades de *ser um triângulo* e *ser um trilátero* podem ser permutadas em qualquer mundo possível. Mesmo assim, podemos querer distinguir ambas as propriedades. É justamente aqui que entra a hiperintensionalidade da fundação: não podemos substituir *triângulo* por *trilátero* no fato *esta figura é um triângulo porque tem três ângulos*. Afinal, essa figura é um triângulo porque *tem 3 ângulos* e não porque *tem 3 lados*, e ela é um trilátero porque *tem 3 lados*, e não porque *tem 3 ângulos*.

Fundação é uma relação não-monotônica: mesmo se $X < Y$, não é o caso que, para qualquer Z , Z conjuntamente com X funda Y , embora X e Z conjuntamente necessitem Y . Num exemplo concreto: embora seja verdade que a bola é vermelha $<$ a bola tem uma cor, é falso que a bola é vermelha e a bola é redonda $<$ a bola tem uma cor. O fato de que a bola é redonda é irrelevante para a fundação do fato de que a bola tem uma cor.

Segundo a ortodoxia, fundação é uma relação de ordem estrita, ou seja, irreflexiva (para nenhum X , $X < X$), assimétrica (se $X < Y$, então não $Y < X$) e transitiva (se $X < Y$ e $Y < Z$, então $X < Z$). No entanto, isso tem sido questionado recentemente. Para os propósitos de uma teoria de prioridade metafísica, essa questão não é secundária.

Afinal, se houver casos de fundação reflexiva ou simétrica, a simples identificação de fundação com fundamentalidade relativa ($X < Y = X$ é mais fundamental que Y) cai por terra.

Rodriguez-Pereyra (2015) oferece um contra-exemplo para a reflexividade: a proposição *truth-teller* P , que diz ' P é verdadeira', seria verdadeira se e somente se ela for verdadeira, e, segundo ele, se ela for verdadeira, ela será verdadeira justamente em virtude de ser verdadeira. Claro, esse suposto contra-exemplo à irreflexividade depende de certas suposições semânticas controversas que não podem ser tratadas aqui. No mais, parece que a proposição P não funda a si mesma, mas sim a proposição ' P é verdade que P ' (segundo o esquema: X torna ' P é verdade que X ' verdadeira), bem como a proposição ' P é verdade que P ' torna verdadeira a proposição ' P é verdade que P ' e assim por diante.

Rodriguez-Pereyra (2015) também oferece um suposto contra-exemplo à assimetria: tome as proposições A , que afirma 'a proposição B é verdadeira' e a proposição B , que afirma 'a proposição A é verdadeira'. Segundo ele, A é verdadeira porque B é verdadeira, e B é verdadeira porque A é verdadeira. Isso seria um caso de fundação reflexiva. Novamente, esse suposto contra-exemplo depende de certas suposições controversas a respeito de proposições que são mutuamente constituintes.⁵

Finalmente, também a transitividade tem sido questionada (ver Schaffer 2012 e Rodriguez-Pereyra 2015). No exemplo de Schaffer: imagine um círculo com um dente e chamemos essa forma de 'círculo-dentado'. O fato de que essa figura tem um dente funda o fato de que essa figura é um círculo dentado, o qual, por sua vez funda o fato de que essa figura é aproximadamente um círculo. No entanto, o fato de que essa figura tem um dente não funda o fato de que essa figura é aproximadamente um círculo (ela poderia ser aproximadamente um círculo sem ter um dente). Um problema essencial desse pretenso contra-exemplo é que a noção de fundação aqui em jogo é apenas a de fundação parcial (ver abaixo), como observaram Litland (2013) e Rodriguez-Pereyra (2015). A discussão sobre as propriedades formais

⁵ Também Naomi Thompson (2016) desafia a ortodoxia ao sugerir a possibilidade de círculos fundacionais.

da fundação ainda é tópico aberto, e qualquer teoria unificada de fundamentalidade terá de assumir uma posição a respeito disso.

De qualquer forma, segundo a concepção ortodoxa, fundação estabelece uma ordem de fundamentalidade ('<-fundamentalidade') relativa (no sentido de 'comparativa'):

(<F) X é mais <-fundamental que Y $\stackrel{\text{def}}{=} X$ funda plena ou parcialmente Y .

A partir disso podemos definir uma noção de <-fundamentalidade absoluta. Um fato absolutamente <-fundamental seria um fato não fundado em nenhum outro fato, e um fato <-derivado seria um fato fundado em algum outro fato.

3 Dependência Ontológica

O termo 'dependência ontológica' (ou simplesmente 'dependência') expressa uma relação entre duas ou mais entidades quando, dito aproximadamente, a existência de uma exige a existência da outra. Plausivelmente, o sorriso de Augusto depende *de Augusto*: se este não existisse, aquele também não poderia existir.

Afirmações de dependência são muito recorrentes na metafísica. Veja os seguintes exemplos: o mundo material depende de Deus, eventos dependem de seus participantes, tropos dependem de seus portadores, buracos dependem de seus hospedeiros, totalidades dependem de suas partes (no caso de agregados), partes dependem das totalidades (no caso de organismos), organismos dependem de sua origem biológica, artefatos materiais dependem da substância da qual são compostas, estados intencionais verídicos dependem de seu objeto, fatos dependem de seus constituintes, conjuntos dependem dos seus membros, a verdade de uma proposição depende de um fato correspondente, eventos mentais dependem de sua base neuronal, etc. A literatura sobre dependência é bastante ampla e inclui, dentre outros, Mulligan, Simons e Smith (1984), Fine (1995), Lowe (1998, cap. 6), Correia (2005, 2008), Schnieder (2006), Koslicki (2013) e Tahko e Lowe (2020).

Costuma-se distinguir diferentes tipos de dependência: rígida, genérica, sincrônica, diacrônica, etc. Quando X e Y são entidades específicas, diz-se que X depende *rigidamente* de Y . O sorriso de

Augusto depende rigidamente dele. Quando Y não é uma entidade específica, mas um tipo, diz-se que X depende *genericamente* de Y . Por exemplo, Augusto depende genericamente de água. Se água não existisse, ele não poderia existir. Mas note que nenhuma porção específica de água, nem mesmo a que atualmente compõe o seu corpo, é necessária – qualquer porção (em quantidade suficiente) seria igualmente adequada. A relação de dependência é *sincrônica* quando a existência de X depende da existência simultânea de Y . Nesse sentido, o sorriso de Augusto depende sincronicamente da boca de Augusto. No exato instante no qual a boca de Augusto deixa de existir, seu sorriso se torna inexistente. A dependência é *diacrônica* quando a existência de X em algum momento T_2 depende da existência de Y em algum momento anterior T_1 , mas X pode sobreviver à inexistência de Y . Sob a suposição do essencialismo de origem, Augusto depende da sua mãe, mas uma vez existindo, sua existência se torna independente dela.

Em geral, é assumido que dependência é uma relação trans-categorial: entidades de diferentes categorias (objetos, propriedades, tropos, fatos, etc.) 'podem' depender umas das outras (Correia 2005, 2021, Schnieder 2020, Koslicki 2013). (Note-se que o 'pode' aqui é conceitual, não metafísico.) Um objeto pode depender de outro objeto, uma propriedade de um objeto, um fato dos seus constituintes, etc.

Segundo a concepção ortodoxa, assim como a fundação, também a dependência é uma relação de ordem parcial estrita: irreflexiva (nada depende de si mesmo), assimétrica (se X depende de Y , então Y não pode depender de X) e transitiva (se X depende de Y , e Y de Z , então X depende de Z). Plausivelmente, dependência é uma relação de aridade 2. Qualquer ocorrência com aridade superior pode ser reduzida (por meio da conjunção) à aridade 2: se X depende de Y e Z , então X depende de $Y \wedge Z$ depende de Z ; se X e Y dependem de Z , então X depende de $Z \wedge Y$ depende de Z .

Embora a noção de dependência seja aparentemente de fácil apreensão, a tarefa de oferecer uma definição precisa e formal tem se demonstrado bastante complexa. Segundo a definição simples modal-existencial 'ME' (Lowe 1998: 137), a dependência rígida poderia ser assim definida

(ME) X depende de Y $\stackrel{\text{def}}{=}$ Necessariamente, se X existe, então Y existe.

Segundo essa definição, se a entidade X depende da entidade Y ($X D Y$), X só existe em mundos possíveis nos quais a entidade Y também existe. Diz-se por isso que X necessita (no sentido de 'torna necessária') a existência de Y . Nessa mesma linha, a dependência genérica ($X D_G F = X$ depende genericamente de F) poderia, por sua vez, ser definida como

(MER) X depende de $F \stackrel{\text{def}}{=} \text{Necessariamente, } X \text{ existe} \rightarrow \text{algum } F \text{ existe.}$

Ou seja, a entidade X só existe em mundos possíveis onde existe alguma entidade do tipo F (Lowe 1998: 141).

Infelizmente, as definições modais falham no caso das entidades necessárias. Por exemplo, segundo (ME) deveríamos concluir que o conjunto vazio depende do número 2, posto que em todos os mundos onde um existe também o outro existirá (pela simples razão que ambos existem em todos os mundos possíveis). Para evitar essa trivialização, poderíamos recorrer à definição assimétrica rígida-existencial (veja Simons 1987: 295, Lowe 1998: 146)

(AR) X depende de $Y \stackrel{\text{def}}{=} \text{Necessariamente, } X \text{ existe somente se } Y \text{ existe e não necessariamente } Y \text{ existe somente se } X \text{ existe.}$

Embora a definição (AR) evite o problema mencionado, ela recai em outra trivialização. Segundo ela, deveríamos concluir que Sócrates depende do número 2, pois em todo mundo onde Sócrates existe também existe o número 2, e não vice-versa. Algo similar pode ser formulado para a dependência genérica. Devido a problemas desse tipo, as definições modais têm sido amplamente rejeitadas nos últimos anos. A conclusão usual é a de que a noção de dependência é fina (*fine-grained*) demais para que os recursos modais usuais consigam capturar. Assim como a noção de fundação, a noção de dependência é *hiperintensional*.

Uma tentativa de se capturar essa hiperintensionalidade consiste na definição essencialista-existencial de inspiração Aristotélica

(EE) X depende de $Y \stackrel{\text{def}}{=} \text{é parte da essência de } X \text{ que } X \text{ existe apenas se } Y \text{ existe.}^6$

⁶ Variantes dessa definição foram propostas por Mulligan, Simons, Smith (1984: §2), Koslicki (2012: 190), Tahko e Lowe (2020: §4.3). Uma alternativa

Em linguagem informal, (EE) afirma que se X depende de Y , essa dependência é constitutiva da essência de X . Isso resolve claramente os casos mencionados acima: a essência de Sócrates não tem qualquer correlação com o número 2. A dependência genérica poderia ser definida como

(EEG) X depende de F $\stackrel{\text{def}}{=}$ é parte da essência de X que X existe apenas se existe algum F .

Uma outra possibilidade seria a definição explanatória-existencial (Lowe 1998: 145):

(EX) X depende de Y $\stackrel{\text{def}}{=}$ (i) se X existe, então Y existe, (ii) se X e Y existem, então X existe pelo menos parcialmente porque Y existe.

Existe uma série de definições alternativas (veja Lowe 1998: cap. 6, Tahko e Lowe 2020). Uma análise de todas as definições seria demasiado extensa para nossos propósitos. De qualquer forma, independentemente do modo como se define dependência, para os fins deste artigo é importante observar que dependência também é considerada uma relação que estabelece uma ordem de prioridade metafísica. Plausivelmente, se uma entidade X depende de Y para existir, Y é mais fundamental que X . Podemos, a partir disso, definir uma relação de fundamentalidade relativa ('D-fundamentalidade'):

(DF) Y é mais D-fundamental que X $\stackrel{\text{def}}{=}$ X D Y .

Uma entidade X que depende de qualquer outra entidade Y , seria D-derivada de Y . Uma entidade que não depende de qualquer outra pode ser considerada absolutamente D-fundamental.

similar é a dependência de identidade. Diz-se que uma entidade A mantém uma relação de dependência de identidade com B quando a identidade de A (' A ser o que é e não outra coisa') precisa de B . Essa identidade não deve ser entendida no sentido de ' $A = A$ ', mas sim que tipo de coisa A é. Por exemplo, pode-se dizer que Sócrates ser o que ele é, isto é ser um humano, depende de Sócrates ser racional (ou de o tropo racionalidade de Sócrates existir). A identidade do conjunto unitário de Sócrates, por sua vez, depende da identidade de seus elementos.

4 Teoria unificada de fundamentalidade

Tanto a relação de dependência (a partir daqui simplesmente 'D') como a relação de fundação ('<') estabelecem ordens de prioridade metafísica relativa: se *A* funda *B*, *A* é mais <-fundamental que *B*; se *B* depende de *A*, *A* é mais D-fundamental que *B*.

É importante notar que essas duas noções não geram uma teoria unificada de prioridade metafísica. Pelo contrário, temos duas noções, pelo menos conceitualmente, independentes. Uma entidade D-fundamental pode não ser <-fundamental e vice-versa. Mesmo assim, há uma certa intuição de que as duas noções não podem ser completamente antagônicas. Alvarado (2020: 195), por exemplo, considera que, embora independentes, as duas noções devem ser pelo menos 'coerentes' no seguinte sentido: se uma entidade *X* é mais D-fundamental que *Y*, ela não pode, ao mesmo tempo, ser menos <-fundamental que *Y*. Uma teoria unificada de prioridade metafísica parece para muitos um objetivo desejável. Mas essa teoria ainda é uma tarefa em aberto. Muitas dificuldades precisam ser superadas para se unificar as duas noções.

Uma primeira dificuldade para uma teoria unificada de fundamentalidade reside na diferença de domínio de aplicação de ambas as relações. Como já vimos acima, enquanto fundação, pelo menos segundo a ortodoxia, apenas conecta fatos ou proposições verdadeiras, dependência é considerada uma relação universal (entidades de qualquer tipo podem ser ligadas por meio de *D*) e transcategorial (entidades de tipos diferentes podem ser ligadas por meio de *D*). Ou seja, por um lado podemos dizer sem problema algum que um fato depende dos objetos e propriedades que o constituem, ou que uma propriedade depende de um objeto. Por outro lado, não se pode dizer estritamente que um objeto e uma propriedade fundam um fato, ou que um objeto funda uma propriedade. Como vimos, a própria forma canônica de expressão de fundação impede tais conexões: 'vermelho porque a maçã' ou 'vermelho em virtude desta maçã' são claramente agramaticais. Assim, enquanto *D* estabelece uma ordem de prioridade sobre o domínio de todas as entidades de qualquer categoria, < estabelece uma ordem apenas no domínio dos fatos.

Entretanto, mesmo no estreito domínio dos fatos, não há uma correspondência unívoca entre D e $<$. O fato de que Augusto se alegrou ao constatar que o céu está azul hoje plausivelmente depende do fato de que o céu está azul hoje (já que o segundo é um constituinte do primeiro). Mas o fato de que o céu está azul hoje não funda o fato de que Augusto se alegrou sobre isso, posto que o primeiro fato não necessita o segundo (ele poderia não se alegrar). Ou seja, há fatos X e Y tais que $X D Y$ sem que $Y < X$. Ao mesmo tempo, o fato de que o céu é azul funda o fato de que o céu tem uma cor, mas o fato de que o céu tem uma cor não depende do fato de que o céu seja azul. Afinal, se ele fosse verde também teria uma cor. Assim, há fatos X e Y tais que $X < Y$ sem que $Y D X$. A simples identificação de D -fundamentalidade com $<$ -fundamentalidade não parece plausível nem mesmo no restrito domínio dos fatos.

Uma estratégia bastante natural para se construir uma teoria unificada de fundamentalidade seria baseada simplesmente numa definição conjuntiva de fundamentalidade. Por exemplo, poder-se-ia definir X como absolutamente fundamental se X é D -fundamental e $<$ -fundamental. Se X é $<$ -derivado ou D -derivado, X seria derivado. No entanto, a consequência imediata disso seria que apenas fatos poderiam ser absolutamente fundamentais (já que nenhuma entidade não-factual poderia ser $<$ -fundamental). Defensores de uma ontologia de estados de coisas ou fatos poderiam ficar satisfeitos com essa conclusão, mas não parece que uma decisão meta-metafísica devesse ter resultados metafísicos substanciais de modo tão trivial.

Duas outras estratégias emergem naturalmente.⁷ Uma que unificaria as duas relações fazendo uso da própria relação de fundação e outra definiria uma em termos da outra.

A primeira estratégia poderia assumir que fundação funda dependência (' $<<D$ '), e exigiria um princípio da forma

$$(<<D) \quad ([\dots Y \dots] < [\dots X \dots]) < X D Y$$

Aqui ' $[\dots Y \dots]$ ' e ' $[\dots X \dots]$ ' representariam respectivamente um fato sobre Y e um fato sobre X . Segundo esse princípio, X dependeria de Y em virtude de um fato sobre Y fundar um fato sobre X . Seria importante, obviamente, especificar que tipo de fato sobre X e Y entraria

⁷ Veja a discussão recente em Schnieder (2020) e Rydén (2018).

em questão. Plausivelmente, não é todo e qualquer fato sobre X e Y que funda a relação de dependência.

No entanto, a ideia de que a relação de fundação funda a relação de dependência é bastante controverso. Koslicki (2013) e Orilia (2009), por exemplo, sugerem que o oposto deveria ser o caso. Segundo eles, a noção de dependência é mais fundamental do que a noção de fundação. Ou seja, se um fato X funda um fato Y , isso se deve a alguma forma de dependência de Y , ou algum de seus constituintes, em relação a X . Como isso deve ser feito, no entanto, não foi ainda explicitado.

A segunda estratégia para se construir uma teoria de fundamentalidade unificada seria baseada na unificação das noções por meio de uma definição. Nesse sentido, Correia (2005, 2021) e Schnieder (2006, 2020) sugerem uma definição de D em termos de $<$:

$$(<DD) \quad X D Y \stackrel{\text{def}}{=} \text{necessariamente } (X \text{ existe} \rightarrow \exists F (Y \text{ é } F < X \text{ existe})).$$

Essa definição (ou qualquer outra similar que definisse D em termos de $<$) pode ser usada para estabelecer a fundamentalidade relativa de duas entidades X e Y : a existência de X seria fundada em algum fato sobre Y .

No entanto, eu vejo três dificuldades principais nessa definição. Em primeiro lugar, essa definição não parece capturar a intuição original da noção de D que se baseava na ideia de que a existência de uma entidade dependente estaria ligada à *existência* de uma outra entidade. Na definição proposta não é existência, mas um *modo de ser* (F) de Y que sustenta a existência de X . Em segundo lugar, a definição não parece capturar a força modal adequada. Na definição original, a entidade dependente é possibilitada (e não necessitada) por outra entidade. Mas na definição de Correia e Schnieder, como o *definiens* apela para a relação $<$, o fato de Y ser F não possibilita, mas sim necessita a existência de X . Finalmente, a ($<DD$) exige quantificação sobre predicados, o que é um custo elevado para qualquer nominalista que aceite o critério quantificacional de comprometimento ontológico. Claro, essas e outras dificuldades podem ser superadas por meio de uma definição mais perspicua de definição de D em termos de $<$.

Existe mais um aspecto curioso nessa estratégia de definição de uma noção em termos de outra. Segundo Fine (2016), a teoria

tradicional de definição é pouco perspicua. Como a definição usual pressupõe uma simetria entre *definiendum* e *definiens*, ela deixa de capturar a direção de fundamentalidade entre ambos. De modo explícito: afinal, $X D Y$ porque necessariamente (X existe $\rightarrow \exists F(Y \acute{e} F < X$ existe)) ou necessariamente (X existe $\rightarrow \exists F(Y \acute{e} F < X$ existe)) porque $X D Y$? Seguindo a proposta de Fine, deveríamos especificar a direção da definição. Supondo que $X D Y$ em virtude de (X existe $\rightarrow \exists F(Y \acute{e} F < X$ existe)), a estratégia definicional de unificação de prioridade acabaria sendo apenas uma variante da primeira estratégia onde uma noção funda a outra noção.

No entanto, mesmo em posse de uma definição conclusiva, restaria um problema: como resolver o problema da restrição da <-fundamentalidade apenas para fatos? Como estabelecer o perfil de fundamentalidade de entidades não factuais? Uma solução possível seria abdicar da <-fundamentalidade e assumir que apenas a D-fundamentalidade estabelece a ordem de prioridade absoluta. Note que isso não significaria abdicar de qualquer papel desempenhado pela <-fundamentalidade, afinal na medida em que a <-fundamentalidade relativa é constitutiva da definição da D-fundamentalidade relativa, <-fundamentalidade é parte essencial da teoria unificada da fundamentalidade.

Uma outra estratégia, bastante mais complexa, mas que resolveria essa restrição, seria baseada numa expansão da teoria estrita de <-fundamentalidade factual para entidades não factuais. Assim, deveríamos definir <-fundamentalidade de objetos, <-fundamentalidade de propriedades, etc. Essa teoria deveria incluir, ao final, uma teoria de <-fundamentalidade transcategorial, para que entidades de diferentes categorias pudessem ser comparadas. Uma vez estabelecida essa teoria, teríamos recursos para construir uma hierarquia completa de fundamentalidade sobre todo o domínio do ser.

5 A estrutura global: uma variedade de hipóteses

Uma das questões mais centrais da metafísica ocidental tem uma forma muito simples: Existe um nível absolutamente fundamental da realidade? Embora muito tenha sido dito sobre isso na história da metafísica, os avanços das teorias sobre fundação e dependência possibilitaram um tratamento mais refinado da questão.

Em princípio, existem diferentes maneiras de se conceber a estrutura global da realidade. Uma suposição radical, e aparentemente pouco plausível, é a de que a realidade seja uma mera coleção de entidades e fatos aleatórios e desconexos, sem nenhuma estrutura hierárquica. Segundo a ortodoxia metafísica, a realidade tem uma estrutura hierárquica. Mas a questão sobre a forma exata dessa hierarquia é altamente controversa. A realidade pode ser estruturada como uma cadeia finita ou infinita de níveis. Na imagem mais simples, o finitismo, a realidade é composta de um número finito n de níveis, havendo um nível absolutamente fundamental e um nível maximamente derivado. Para o infinitismo, o número de níveis é infinito. Neste caso, podemos pensar três possibilidades: (i) há um nível fundamental, mas não há nível maximamente derivado, (ii) não há um nível fundamental, mas há um nível maximamente derivado, (iii) não há nível fundamental nem nível maximamente derivado, ou seja, a realidade é 'aberta' 'para cima e para baixo'. Existe uma curiosa assimetria de intuições sobre as cadeias infinitas ascendentes e descendentes. Num exemplo clássico, a hipótese de uma pilha infinita de tartarugas 'para cima' sobre uma primeira tartaruga que 'pisa no chão' parece menos bizarra do que a hipótese inversa de uma pilha infinita de tartarugas 'para baixo' com uma última tartaruga no topo, mas sem nenhuma a pisar no chão.

De fato, a ideia de que a realidade possa não ter um nível fundamental encontrou muita resistência na tradição metafísica. Para o fundacionalismo metafísico, que é a posição ortodoxa, a realidade é bem-fundada (*well-founded*)⁸. Ou seja, a cadeia da relação de prioridade relativa tem um fim, há um nível absolutamente fundamental da realidade. Muitos nem mesmo consideraram seriamente a hipótese da não boa fundação por ela ser extremamente contraintuitiva. Lowe (1998: 158), por exemplo, considera a tese de que a realidade tenha um nível fundamental último um axioma. Para Cameron (2008) a hipótese da existência de um nível fundamental não pode ser considerada um axioma ou uma verdade necessária, embora seja contingentemente

⁸ Dentre seus defensores encontramos Jacek Brzozowski (2008), Ross Cameron (2008), Kit Fine (2010: 105), Jonathan Schaffer (2010: 37, 62, 2016: 95), e Karen Bennett (2011). Sobre as diferentes maneiras de se definir mais exatamente o fundacionalismo, veja (Dixon 2020).

verdadeira. É importante notar que a suposição da existência de um nível fundamental não implica que esse nível precise ser acessível para nós. A tese ousada de que a realidade não tem um nível fundamental é defendida por Orilia (2006, 2007, 2009).

Existem diferentes definições do que seja uma estrutura bem-fundamentada em metafísica. Note que o simples fato de que existe uma entidade absolutamente fundamental não garante isso: uma entidade *A* pode ser absolutamente fundamental ('nada funda *A*'), e uma entidade *B* ser fundada em *C*, a qual é fundada em *D* e assim ao infinito. Ou seja, pode-se defender que toda e qualquer entidade da realidade é fundada em uma entidade mais fundamental, ou, alternativamente, que algumas entidades da realidade são absolutamente fundamentais, mas outras são fundadas em uma cadeia infinita de fundamentalidade relativa. Nesse último caso, a realidade seria híbrida: em parte bem fundada, em parte não. Uma das intuições mais caras dos metafísicos que defendem a boa fundamentação é a de que *todas* as entidades da realidade são ou absolutamente fundamentais ou ultimamente fundadas em um nível absolutamente fundamental (ver Dixon 2016: 446, 2020, Glazier 2016, Rabin e Rabern 2016: 363).

Dixon (2020: 251-2) destacou três possíveis linhas argumentativas para a tese de que a realidade é bem-fundada. A primeira, originada em Aristóteles e Leibniz, é defendida explicitamente por Schaffer (2010): ser real é uma qualidade que não pode ser indefinidamente deferida a outra entidade. Assim, uma última 'fonte de realidade' é necessária. Outra linha de argumento se baseia na pragmática: entre uma teoria que assume a existência de um nível fundamental e uma que não admite, é pragmaticamente melhor a primeira (ver Cameron 2008). Finalmente, segundo Bliss (2019), devemos aceitar a suposição da externalidade: nenhuma entidade dependente pode 'realmente' ou 'ultimamente' explicar porque outras entidades dependentes existem (afinal, 'nenhuma entidade pode explicar outra entidade do mesmo tipo'). Reações a estes argumentos podem ser encontrados em Bliss (2013: 407–8, 2018: 76), Morganti (2014: 240), Bohn (2018: 170), Trogdon (2018) e Cameron (2008: 12–13).

O problema das cadeias descendentes infinitas é frequente nas discussões em mereologia, onde se postula a possibilidade de o mundo material ser *gunk*, i.e. infinitamente divisível. Os avanços da física contemporânea têm reduzido a resistência natural a essa hipótese.

Uma conjectura que torna a ideia de uma vertiginosa cadeia descendente infinita menos repugnante é a de que a cadeia, apesar de infinita, seja 'monótona' (Schaffer 2003, Tahko 2014). A ideia aqui é a de que a partir de algum momento da cadeia infinita não se encontre entidades de um novo tipo, mas apenas variações (digamos, diferentes *tokens*) de entidades de um só tipo. É como se houvesse uma espécie de cadeia recursiva. Nas cadeias ascendentes tal estrutura é muito comum (p. ex.: P , é verdade que P , é verdade que é verdade que P , etc.) É interessante notar que não é de modo algum claro se este tipo de estrutura infinita repetitiva é realmente viciosa. Parece que se assumirmos que essa cadeia infinita não é viciosa, poderíamos adotar uma forma de boa fundação infinitária (ver Nolan 2001, Bliss 2013).

Mas ainda há mais alternativas para se pensar a estrutura da realidade. Se abdicarmos da ideia de que a relação de prioridade metafísica é uma ordem parcial estrita, obtemos o coerentismo. Segundo o coerentismo, não há ordem linear de fundação, de modo que a realidade pode ter círculos de fundação. Círculos de fundação podem ser pensados num nível intermediário da hierarquia de fundamentalidade (círculos de fundação de entidades derivadas) ou, para nossos fins mais interessante, num nível fundamental. Ou seja, toda a realidade poderia ser fundada em duas entidades (ou tipos de entidades) fundamentais A e B , de tal modo que A funda B e B funda A e ambas, conjuntamente, fundam todo o edifício da realidade. Nesse caso, claro, a assimetria da noção de prioridade precisaria ser abandonada. Uma alternativa seria abdicar da irreflexividade e assumir que toda realidade é fundada numa entidade A , a qual se funda a si mesma. Em ambos os casos, não há um nível absolutamente fundamental da realidade, pelo menos no sentido acima definido (se A funda a si mesma, existe algo que funda A , logo A não é absolutamente fundamental). Claro, poderíamos propor uma definição distinta segundo a qual X é absolutamente fundamental se e somente se nada distinto de X funda X . Nesse caso, poderíamos considerar A absolutamente fundamental. Na tradição, uma ideia similar é encontrada na tese de Deus como *causa sui*, ou seja, causa de si mesmo. Embora o coerentismo seja uma posição relativamente bem representada na epistemologia, na metafísica ele ainda é relativamente pouco explorado. No entanto, os argumentos que têm sido apresentados contra a tese de que fundação

seja uma ordem parcial estrita tornam essa posição cada vez mais plausível.

Existe uma outra questão central para uma teoria unificada da realidade: Todos os níveis da realidade são conectados por meio da relação de fundação? Que isso seja o caso não é nada óbvio. A realidade poderia ser composta por alguns domínios que são internamente ligados por relações de fundação, mas que são independentes uns dos outros. Uma hipótese minimamente plausível nesse sentido seria separar os domínios espaço-temporal do mundo físico e o domínio abstrato das entidades lógico-matemáticas. Claro, existe uma maneira trivial de unificar os domínios 'para cima': como a conjunção $P \wedge Q$ é fundada em P e em Q , qualquer fato físico pode compor com um fato matemático um fato conjuntivo: 'o céu é azul e $2 + 2 = 4$ '. Provavelmente, a questão precisa ser formulada mais perspicuamente especificando a separação de domínios fundamentais: existem dois ou mais domínios distintos de entidades fundamentais, ou apenas um grande domínio?

Finalmente, existe mais um ponto curioso que diz respeito à possibilidade de existência de alguma entidade completamente isolada em termos de fundação (ou dependência), ou seja, que não funda, e não é fundada por nenhuma outra entidade. Alguns (Lewis 2009: 205; Bennett 2017: 123) chamaram essas entidades de 'ociosas' (*idlers*). No entanto, há boas razões para supor que não há fatos ociosos. O argumento do parágrafo anterior vale aqui novamente: para qualquer fato P , se P ocorre, então o fato de que a proposição " P " é verdadeira também ocorre, e esse fato deve ser fundado em P . No mais, não parece proveitoso pensar a respeito de um fato ocioso, pois mesmo se houvesse um tal fato, ele seria completamente desconhecido, pois ele não poderia fundar nosso conhecimento a seu respeito, o que em geral se espera de um fato de conhecimento (S sabe que P , P é um fundamento parcial da crença).

Guido Imaguire
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Referências

- Alvarado, J. T. 2020. *A metaphysics of platonic universals and their instantiations*. Cham: Springer.
- Audi, P. 2012a. A Clarification and Defence of the Notion of Grounding. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Editado por F. Correia e B. Schnieder. Cambridge: Cambridge University Press.
- Audi, P. 2012b. Grounding: Toward a Theory of the In-Virtue-Of Relation. *The Journal of Philosophy* 109(12): 685-711.
- Baron, S. 2014. The Priority of Now. *Pacific Philosophical Quarterly* 96: 325-48.
- Bennett, K. 2011. By Our Bootstraps. *Philosophical Perspectives* 25: 27-41.
- Bennet, K. 2017. *Making Things Up*. New York: Oxford University Press.
- Bernstein, S. 2016. Grounding Is Not Causation. *Philosophical Perspectives* 30 (1): 21-38.
- Bliss, R. L. 2013. Viciousness and the Structure of Reality. *Philosophical Studies* 166: 399-418.
- Bliss, R. L. 2019. What Work the Fundamental? *Erkenntnis* 84: 359-79.
- Bohn, E. D. 2018. Infinitely Descending Ground. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Editado por F. Correia e B. Schnieder. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 167-81.
- Bolzano, B. 1837. *Wissenschaftslehre*. Sulzbach: Seidel.
- Brzozowski, J. 2008. On Locating Composite Objects. In *Oxford Studies in Metaphysics Vol. 4*. Editado por D. W. Zimmerman. Oxford: Oxford University Press, pp. 193-222.
- Cameron, R. P. 2008. Turtles all the Way Down: Regress, Priority and Fundamentality. *The Philosophical Quarterly* 58 (230): 1-14.
- Cameron, R. P. 2016. Do We Need Grounding? *Inquiry* 59 (4): 382-397.
- Correia, F. 2005. *Existential Dependence and Cognate Notions*. Munique: Philosophia Verlag.
- Correia, F. 2008. Ontological Dependence. *Philosophy Compass* 3(5): 1013-1032.
- Correia, F. 2010. Grounding and truth-functions. *Logique et Analyse* 53/211: 251-279.
- Correia, F. 2021. Ontological Dependence, Grounding and Modality. In *The Routledge Handbook of Modality*. Editado por O. Bueno e S. Shalkowski. New York: Routledge, pp. 100-113.
- Correia, Fabrice e Benjamin Schnieder (eds.). 2012. *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Daly, C. 2012. Scepticism About Grounding. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Editado por F. Correia e B. Schnieder. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dixon, T. S. 2016. What Is the Well-Foundedness of Grounding? *Mind* 125(498): 439-468.
- Dixon, T. S. 2017. Upward Grounding. *Philosophy and Phenomenological Research* 97(1): 48-78.
- Dixon, T. S. 2020. Infinite Descent. In *The Routledge Handbook of Metaphysical Grounding*. Editado por M. J. Raven. New York: Routledge
- Fine, K. 1994. Essence and Modality. *Philosophical Perspectives* 8: 1-16.
- Fine, K. 1995. The Logic of Essence. *Journal of Philosophical Logic* 24(3): 241-273.
- Fine, K. 2001. The Question of Realism. *Philosophers' Imprint* 1: 1-30.
- Fine, K. 2010. Some Puzzles of Ground. *Notre Dame Journal of Formal Logic* 51: 97-118.
- Fine, K. 2012. Guide To Ground. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Editado por F. Correia e B. Schnieder. Cambridge: Cambridge University Press.

- Glazier, M. 2016. Laws and the Completeness of the Fundamental. In *Reality Making*. Editado por M. Jago. Oxford: Oxford University Press.
- Glazier, M. 2020. 'Explanation'. In M. J. Raven (ed.) *The Routledge Handbook of Metaphysical Grounding*. New York, London: Routledge.
- Hofweber, T. 2009. Ambitious, Yet Modest, Metaphysics. In *Metametaphysics*, Editado por D. Chalmers, D. Manley e R. Wasserman. Oxford: Oxford University Press, pp. 260-89.
- Imaguire, G. 2018. *Priority Nominalism*. Cham: Springer.
- Koslicki, K. 2012. 'Varieties of Ontological Dependence'. In Correia, Fabrice and Benjamin Schnieder (eds.), 2012. *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Koslicki, K. 2013. Ontological Dependence: An Opinionated Survey. In *Varieties of Dependence: Ontological Dependence, Grounding, Supervenience, Response-Dependence*. Editado por B. Schnieder, M. Hoeltje e A. Steinberg. Munique: Philosophia Verlag.
- Koslicki, K. 2015. The Coarse-Grainedness of Grounding. In *Oxford Studies in Metaphysics*, vol. 9. Editado por K. Bennett e D. Zimmerman. Oxford: Oxford Scholarship Online.
- Lewis, D. 2009. Ramseyan Humility. In *Conceptual Analysis and Philosophical Naturalism*. Editado por D. Braddon-Mitchell e R. Nola. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 203-222.
- Liggins, D. 2012. Truth-Makers and Dependence. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Editado por F. Correia e B. Schnieder. Cambridge: Cambridge University Press.
- Litland, Jon Erling. 2013. On Some Counterexamples to the Transitivity of Grounding. *Essays in Philosophy* 14(1), 3: 19-32.
- Maurin, A.-S. 2019. Grounding and metaphysical explanation: it's complicated. *Philosophical Studies* 176: 1573-1594.
- Morganti, M. 2009. Ontological Priority, Fundamentality and Monism. *Dialectica* 63(3), pp. 271-288.
- Morganti, M. 2014. Metaphysical Infitism and the Regress of Being. *Metaphilosophy* 45: 232-44.
- Mulligan, Kevin, Peter Simons, and Barry Smith, 1984. Truth-Makers. *Philosophy and Phenomenological Research* 44(3): 287-321
- Nolan, Daniel, 2001. What's Wrong with Infinite Regresses? *Metaphilosophy* 32(5): 523-538.
- Orilia, F. 2006. States of affairs, Bradley vs. Meinong. In *Meinongian Issues in Contemporary Italian Philosophy, Meinong Studies*. Editado por V. Raspa. Frankfurt: Ontos Verlag, pp. 213-238.
- Orilia, F. 2007. Bradley's Regress: Meinong vs. Bergmann. In *Ontology and Analysis. Essays and Recollections about Gustav Bergmann*. Editado por L. Addis, G. Jesson, e E. Tegmeier. Frankfurt: Ontos Verlag, pp. 133-163.
- Orilia, F. 2009. Bradley's regress and ungrounded dependence chains. *Dialectica* 63: 333-341.
- Quine, W. V. 1948. On What There Is. *The Review of Metaphysics* 2(1): 21-38. Reimpresso em W. V. Quine 1953, *From a Logical Point of View*, New York: Harper.
- Rabin, Gabriel Oak e Brian Rabern, 2016. Well Founding Grounding Grounding. *Journal of Philosophical Logic* 45(4): 349-379.
- Raven, M. 2012. In Defense of Ground. *Australasian Journal of Philosophy* 90: 687-701.
- Rydhén, H. 2018. Grounding and Ontological Dependence. *Synthese* 198: 1231-1256

- Rosen, G. 2010. Metaphysical Dependence: Grounding and Reduction. In *Modality: Metaphysics, Logic, and Epistemology*. Editado por R. Hale e A. Hoffman. Oxford: Oxford University Press, pp. 109–136.
- Rodriguez-Pereyra, G. 2015. Grounding is not a Strict Order. *Journal of the American Philosophical Association* 1 (3): 517–534.
- Schaffer, Jonathan, 2003. Is There a Fundamental Level? *Noûs* 37(3): 498–517.
- Schaffer, J. 2009. On What Grounds What. In *Metametaphysics*. Editado por D. Chalmers, D. Manley e R. Wasserman. Oxford: Oxford University Press, pp. 347–283.
- Schaffer, J. 2010. Monism: The Priority of the Whole. *Philosophical Review* 119(1): 31–76.
- Schaffer, J. Grounding, Transitivity, and Contrastivity. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Editado por F. Correia e B. Schnieder. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schneider, B. 2006. A Certain Kind of Trinité: Dependence, Substance, Explanation. *Philosophical Studies* 129: 393–419.
- Schnieder, B. 2020. Grounding and Dependence. *Synthese* 197 (1): 95–124.
- Schulte, P. 2019. Grounding Nominalism. *Pacific Philosophical Quarterly* 100:482–505.
- Simons, P. 1987. *Parts: A Study in Ontology*. Oxford: Clarendon Press
- Skiles, A. 2015. Against Grounding Necessitarianism. *Erkenntnis* 80(4): 717–751.
- Tahko, T. E. 2014. Boring Infinite Descent. *Metaphilosophy* 45: 257–69.
- Tahko, Tuomas E. e E. Jonathan Lowe. 2020. Ontological Dependence. In Edward N. Zalta (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*.
- Thompson, N. 2016. Metaphysical Interdependence. In *Reality Making*. Editado por M. Jago. Oxford: Oxford University Press.
- Trogon, K. 2018. Inheritance Arguments for Fundamentality. In *Reality and Its Structure: Essays in Fundamentality*. Editado por R. Bliss e G. Priest. Oxford: Oxford University Press, 182–98.
- Wilson, J. 2014. No Work for a Theory of Grounding. *Inquiry* 57(5–6): 535–579.